



Vigilante sofre AVC após discutir com administrador do Riacho Fundo II, no DF



SINDESV-DF

Um vigilante teve um acidente vascular cerebral (AVC) logo após discutir com o administrador regional do Riacho Fundo II, Daniel Figueiredo Pinheiro. De acordo com o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF), Daniel é conhecido entre os funcionários por seu temperamento

explosivo e chegou a acionar a Polícia Militar para expulsar o segurança do seu posto de serviço. O incidente ocorreu em 28 de dezembro de 2017.

Erivaldo Leite, 46 anos, está internado em um hospital particular e se recupera bem. Ele passou dois dias na unidade de terapia

intensiva (UTI) e seu estado de saúde é considerado estável. Colega de trabalho de Erivaldo, Francisco Edílson Cabral, 54, contou que o administrador começou a persegui-los após eles reivindicarem melhorias nas condições de trabalho. “A gente só perguntou se não haveria a possibilidade de termos um vestiário para trocar de roupa e um local mais adequado para almoçarmos, pois, hoje, comemos na rua, na calçada”, disse.

As cobranças não teriam sido bem digeridas por Daniel, que ameaçou pedir à empresa Multserv – responsável pela contratação dos trabalhadores do local – a devolução dos dois. O clima entre os guardas e o administrador azedou de vez há 20 dias, durante uma confraternização de fim de ano na unidade, à qual compareceu o deputado distrital Julio Cesar (PRB), responsável por indicar Daniel à chefia do órgão. “O deputado veio nos cumprimentar e perguntou se estávamos bem. Nós reclamamos do tratamento agressivo do administrador com os funcionários. Contamos que não temos um banheiro para trocar de roupa, nem refeitório”, relatou Francisco. O parlamentar teria chamado a atenção de seu apadrinhado, publicamente, o que despertou a ira de Daniel.

Assim como os vigilantes, duas funcionárias da limpeza foram devolvidas à empresa, a pedido de Daniel: as serventes Selmar da Conceição Lima, 49 anos, e Tamires Guedes Café, 31.

À reportagem, Selmar contou não saber por que foi dispensada. “Ele não falou nada, ninguém da empresa falou. Simplesmente pediu para nos devolver e, poucos dias depois, fomos mandadas embora”, conta.

Já Tamires disse ter discutido com o administrador. “Trabalhávamos na limpeza, e

ele queria que a gente tirasse entulho, mas eu o questionei, alegando que se tratava de desvio de função”. A jovem ainda alegou falta de instrumentos adequados para fazer o serviço, o que teria motivado comentário irônico de Daniel. “Eu disse que estava com medo de cair, mas ele falou que eu não me machucaria, porque tenho a bunda grande”.

Tamires afirma ter presenciado muitas situações desconfortáveis na administração. “Ele sempre disse que tinha poder e poderia tirar qualquer uma de nós, bastava mandar um relatório. Estou muito chateada, pois muita coisa que está escrita no documento é mentira, não aconteceu”, assegura a ex-funcionária.

O administrador chegou a dizer que não era preciso um local para a equipe se alimentar, conta a moça. “Ele disse que o pessoal da limpeza podia ficar embaixo de uma árvore”.

Falta de estrutura

De acordo com o diretor de comunicação e imprensa do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, Gilmar Rodrigues, os funcionários não têm estrutura para trabalhar no órgão comandado por Daniel Figueiredo Pinheiro. “Nós somos contra esse tipo de tratamento. O trabalhador precisa ter um local adequado para comer e se trocar. Já conversei com o Daniel várias vezes, mas não adiantou. Ele oferece péssimas condições de trabalho para os funcionários. Agora, vamos denunciá-lo”, afirmou Gilmar.

O outro lado

Daniel Figueiredo negou todas as acusações e disse ter sido ameaçado de morte pelo vigilante Francisco Edílson Cabral. À reportagem, ainda afirmou que Erivaldo

Leite não estava no local de trabalho quando sofreu o AVC. “Fui visitá-lo no hospital, e o irmão dele me disse que o Erivaldo tem problemas cardíacos e já tinha sofrido um acidente vascular cerebral antes”.

O administrador ainda rebateu as acusações do diretor do Sindicato dos Vigilantes: “Quem pediu para o Francisco sair daqui foi outro fiscal, e não chamamos a polícia em nenhum momento”.

Sobre a denúncia de falta de condições de trabalho na unidade, Daniel explicou que a administração está em obras há quase dois meses e, por essa razão, os vigilantes estão sem local para comer e trocar de roupa.

Ele assegurou que o depoimento das ex-funcionárias Selmar e Tamires é falso. “Quem mexe com entulho é o pessoal da obra. Para isso, temos contrato com a Funap [Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso]. São eles que fazem o trabalho braçal”, diz.

Já a Multserv confirmou que Daniel enviou ofício pedindo a devolução dos dois vigilantes porque eles não estariam “cumprindo as normas internas”. Segundo a empresa, ambos teriam barrado um servidor e reclamado das condições do posto de trabalho. A Multserv informou ter entendido como melhor solução a transferência dos seguranças, a fim de evitar um embate com o administrador.

Daniel Figueiredo contou ter ido à 27ª Delegacia de Polícia (Recanto das Emas) para denunciar Francisco por ameaça, mas a Polícia Civil não passou informações sobre o caso.

Fonte: Metrôpoles

Sindivigilantes do Sul apoia vigilante agredido por fiscal e prepara protesto

O Sindivigilantes do Sul está prestando todo o apoio jurídico e psicológico necessário ao vigilante Márcio Daniel Terras da Cunha, que foi agredido pelo fiscal Alexandre Martins, da MD Serviços de Segurança, neste domingo, segundo relato do mesmo. Um protesto está sendo organizado para amanhã, na frente da empresa, e as providências legais estão sendo tomadas em relação ao fato, para responsabilizar o agressor e cobrar medidas dos seus chefes para puni-lo. O Departamento

Jurídico tem a informação da categoria de que não é a primeira vez que isso ocorre e de que há fiscais operacionais da empresa que trabalham de forma ameaçadora, oprimindo os trabalhadores. O sindicato vai agir para que este tipo de prática não aconteça mais.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Justiça suspende posse de ministra do Trabalho



Cristiane Brasil é deputada federal e filha de Roberto Jefferson, presidente do PTB, condenado por corrupção

Ela assumiria o cargo nesta terça-feira. Decisão é liminar e pode ser cassada

Marcada para esta terça-feira (9), a posse da nova ministra do Trabalho, a deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ), foi suspensa por decisão judicial, em primeira instância. Cabe recurso.

A liminar foi concedida pelo juiz Leonardo da Costa Couceiro, da 4ª Vara Federal de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Ele

decidiu pela suspensão da posse porque, em exame preliminar, viu “flagrante desrespeito” à Constituição quanto à moralidade administrativa, referência ao fato de a ministra indicada por Michel Temer já ter sido condenada em ação trabalhista.

Filha do ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB e condenado por corrupção em 2012, Cristiane foi vereadora e secretária municipal no Rio (gestão Eduardo Paes). Foi eleita deputada federal em 2014 e exerceu a presidência nacional do partido de dezembro daquele ano até maio de 2016.

A nomeação para o Ministério do Trabalho foi publicada na edição da última quinta-feira (4) do Diário Oficial da União. O cargo estava vago desde 27 de dezembro, quando o também deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS) saiu e retornou à Câmara.

Fonte: Rede Brasil Atual

Com Temer, retomada sustentável da economia virou meta impossível

Desde 1980, o país passou a registrar, a cada três anos e meio de ascensão do PIB, um ano de regressão, em média. Sem nenhum impulso dinâmico interno, caso desse governo, país seguirá registrando baixas

Por não ser espontânea, a recessão ocorre no capitalismo por decisão planejada de política econômica dos governos. Após a grande depressão de 1929, por exemplo, a economia brasileira

registrou entre 1933 e 1980, apenas dois anos (1940 e 1942) de decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB), sem poder ser considerados recessivos.

Em resumo, o período de 48 anos (1932-1980) registrou trajetória econômica marcada por 46 anos (96% do período) de expansão do PIB e somente 2 anos (4%) de regressão. Assim, nota-se que a cada 23 anos de evolução positiva do PIB, havia, em média, um ano de queda no nível de atividade da

economia brasileira.

Desde 1980, contudo, o país passou a registrar, a cada três anos e meio de ascensão do PIB, um ano de regressão, em média. Isso porque nos 36 anos de trajetória recente da economia nacional (1981-2016), o PIB ascendeu em 28 anos (78%) e declinou em 8 anos (22% do tempo).

As três grandes recessões econômicas que ocorreram a partir de 1980 não apenas modificaram os rumos do capitalismo brasileiro, como difundiram obstáculos maiores para a retomada do seu nível de atividade. Naquele momento, a adoção de políticas ortodoxas de natureza liberal conservadora atingiu forte e prolongadamente o setor industrial, centro do dinamismo da economia nacional desde a década de 1930.

Na primeira recessão de 1980-1983, o PIB decresceu acumuladamente 6%. Naquele época, o declínio forçado da economia teve por acordo com Fundo Monetário Internacional, teve como objetivo gerar elevado superávit comercial para atender o pagamento da dívida externa. O inadequado fechamento da economia nacional decorrente do ajuste externo, não apenas desviou o país do curso da terceira Revolução Industrial e Tecnológica, como consolidou ainda mais uma estrutura produtiva oligopolizada, fortemente dependente da alta inflação.

Nos anos de 1990-1992, a segunda recessão levou ao declínio acumulado de quase 4% do PIB. A adoção do programa neoliberal identificado com o Consenso de Washington impôs a privatização desorganizada e abriu abrupta e irresponsavelmente a economia nacional, comprimindo à estrutura produtiva e a tornando dependente de altas doses de juros reais associadas ao rentismo improdutivo.

Na terceira recessão desde 1980, o PIB decaiu 7% acumuladamente entre 2015 e 2016. A implantação do incongruente programa de austeridade fiscal contraiu ainda mais o setor industrial para menos de um décimo de importância relativa da estrutura produtiva nacional, somente comparável à década de 1910.

Naquela época, recorda-se, quando o país desconhecia o que era industrialização e o seu poder de dinamização interna da economia nacional, predominava a dependência às exportações de produtos primários, como o café e açúcar. Nos dias de hoje, a especialização crescente do país à produção e exportação de produtos primários o torna dependente de apenas 6 produtos que respondem por quase a metade das vendas externas (soja, carnes, minério de ferro, açúcar, café e celulose).

Isso nem seria mal, caso a economia tivesse impulso dinâmico interno. Como não acontece, a insistência na continuidade do programa de austeridade fiscal conduzido pelo governo Temer termina por ceifar qualquer possibilidade sustentável de retomada da economia nacional. Em 2018, a permanência da asfixia do setor público seguirá estimulando o rentismo improdutivo, na mesma medida em que a receita de anabolizante ao paciente faz crescer os músculos sob o risco de maior câncer ou o próprio infarto do usuário.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF